



VI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 3ª REGIÃO

PRIMEIRA PROVA ESCRITA

01. O Prefeito acusado de haver cometido crime de responsabilidade será julgado:

- a) pelo Tribunal de Justiça, após autorização da Câmara Municipal;
- b) pela Câmara Municipal, nos termos da legislação penal;
- c) pela Câmara Municipal, que poderá cassar o seu mandato;
- d) pelo Tribunal de Justiça, independente de autorização da Câmara Municipal.

02. Os princípios constitucionais:

- a) tornam-se juridicamente eficazes somente após a edição das leis disciplinando sua aplicação;
- b) condicionam a interpretação e a aplicação das normas constitucionais e legais, tendo eficácia jurídica;
- c) por não serem normas (regras impositivas de determinadas condutas) são desprovidos de eficácia jurídica;
- d) são dotados de eficácia política, condicionando apenas o legislador ordinário, mas não possuem eficácia jurídica.

03. Nos termos da Constituição Federal:

- a) mandado de injunção e ação de inconstitucionalidade por omissão são duas designações do mesmo instrumento de defesa de direitos perante o Supremo Tribunal Federal;
- b) declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, o juiz determinará ao Poder competente que adote a providência necessária, no prazo de trinta dias;
- c) o mandado de injunção serve para suprir norma regulamentadora e tornar viável o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;
- d) conceder-se-á mandado de injunção para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

04. O Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, será julgado:

- a) pelo Supremo Tribunal Federal;
- b) pelo Senado Federal;
- c) pela Câmara dos Deputados;
- d) pelo Congresso Nacional.

05. O Governador do Estado será julgado, nos casos de crimes comuns, perante:



- a) o Tribunal de Justiça do respectivo Estado;
- b) Corte Especial formada por desembargadores e deputados estaduais;
- c) o Superior Tribunal de Justiça;
- d) pelo Tribunal Regional Federal com jurisdição sobre o respectivo Estado.

06. A sanção e o veto:

- a) são atos de natureza política do Chefe do Poder Executivo, mas apenas a sanção independe de motivação e não pode ser rejeitada;
- b) são atos de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, mas devem ser devidamente motivados e podem ser rejeitados pelo Poder Legislativo;
- c) são atos de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, sendo que o veto pode ser presumido e a sanção é irretroatável;
- d) são atos de natureza política do Chefe do Poder Executivo, e não podem ser rejeitados pelo Poder Legislativo.

07. As emendas à Constituição Federal são promulgadas:

- a) pelo Presidente da República;
- b) pelo Congresso Nacional;
- c) pela Mesa do Senado;
- d) pelas Mesas da Câmara e do Senado.

08. Não pode ser objeto de deliberação proposta de emenda constitucional tendente a abolir:

- a) a soberania nacional; a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais;
- b) a separação dos Poderes; a forma federativa de Estado; os direitos e garantias individuais; e o voto direto, secreto, universal e periódico;
- c) os direitos e garantias individuais; a separação dos Poderes; o voto direto, secreto, universal e periódico; a cidadania; e a forma federativa de Estado;
- d) a separação dos Poderes; o regime democrático; o voto direto, secreto, universal e periódico; os direitos e garantias individuais; e a forma federativa de Estado.

09. O Município reger-se-á por Lei Orgânica:

- a) aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado, pelo voto favorável de dois terços de seus membros;
- b) votada em dois turnos e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal;
- c) aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal e sancionada pelo Prefeito Municipal;
- d) decorrente da aprovação, por dois terços dos membros da Câmara Municipal, de projeto de competência privativa do Prefeito.



10. Por força da Constituição Federal:

- a) os membros do Senado Federal são eleitos pelo sistema majoritário, sendo que um terço dos senadores exercem o mandato por quatro anos e dois terços dos senadores exercem o mandato por oito anos;
- b) os membros do Senado Federal são eleitos pelo sistema majoritário, para um mandato de oito anos;
- c) todos os cargos de Chefe do Poder Executivo são preenchidos pelo sistema majoritário, em dois turnos, por maioria absoluta de votos;
- d) todos os cargos do Poder Legislativo são preenchidos pelo sistema proporcional, pelo voto direto e secreto dos eleitores.

11. O princípio constitucional do acesso ao Poder Judiciário:

- a) assegura o direito de pleitear a prestação jurisdicional sempre que um direito for lesado ou ameaçado de lesão;
- b) tem sua eficácia dependente do prévio esgotamento da via administrativa;
- c) pode ser excluído da ordem constitucional vigente por emenda constitucional;
- d) deve ser exercido nos termos da lei complementar que o disciplina.

12. As garantias constitucionais do devido processo legal e da ampla defesa:

- a) não são de observância obrigatória pela Administração Pública, em face da presunção de veracidade e legitimidade de seus atos;
- b) são de observância obrigatória apenas em matéria penal e processual penal;
- c) são de observância obrigatória pela Administração Pública apenas para a aplicação de sanções disciplinares;
- d) são de observância obrigatória pela Administração Pública, sempre que possa haver aplicação de alguma sanção de qualquer natureza ou restrição de direito.

13. A concessão de medida liminar em mandado de segurança, quando necessária para evitar o perecimento do direito postulado:

- a) pode ser suprimida da legislação ordinária, pois não está prevista na Constituição Federal;
- b) não pode ser suprimida da legislação ordinária, por ser essencial à eficácia da garantia constitucional do mandado de segurança;
- c) é matéria que fica ao livre arbítrio do juiz competente;
- d) é uma aberração incompatível com o sistema jurídico, pois ofende o princípio do contraditório.

14. O orçamento público anual:

- a) é uma estimativa de despesas, sem eficácia jurídica;
- b) é uma autorização ao Executivo para realizar todas as despesas nele previstas;



- c) deve ser elaborado exclusivamente pelo Poder Legislativo, para ser executado pelo Poder Executivo;
- d) é uma lei, cujo projeto é de competência privativa do Poder Executivo.

15. O tombamento, como instrumento de preservação de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico:

- a) somente pode ser feito por lei federal, e não gera direito à indenização;
- b) não gera direito à indenização, pois não afeta o direito de propriedade;
- c) somente pode ser feito por lei federal, estadual ou municipal, e sempre acarreta o dever de indenizar;
- d) pode ser feito por ato administrativo, federal, estadual ou municipal, e pode ou não acarretar direito à indenização.

16. O servidor público nos termos da Constituição de 1988:

- a) se estável, não pode perder o cargo por inadequação funcional porque, passado o estágio probatório, precluiu o direito da administração;
- b) pode perder o cargo quer por processo administrativo, quer judicial, assegurada a ampla defesa;
- c) enquanto não adquirir estabilidade pode ser exonerado *ad nutum*;
- d) poderá ser demitido, após regular processo administrativo, desde que antes tenha sofrido outras penalidades.

17. A competência regulamentar consiste:

- a) na possibilidade de a administração, por meio de decretos, portarias, resoluções e atos gerais, determinar as condições de execução da lei;
- b) na possibilidade de estabelecimento dos procedimentos administrativos internos das repartições;
- c) na possibilidade de, para implementação do interesse público, os chefes do executivo determinarem a execução de providências para asseguramento de direitos e deveres do administrado;
- d) na possibilidade de os chefes do executivo expedirem decretos para fiel execução da lei.

18. Assinale a assertiva correta.

- a) os quatro princípios constitucionais explicitamente propostos, nesta qualidade, como impositivos para a administração direta, indireta ou fundacional são: princípio da legalidade, princípio da razoabilidade, princípio da moralidade e princípio da publicidade;
- b) compete ao Tribunal de Contas apreciar, para fins de registro, a legalidade de atos de nomeação de qualquer natureza na administração direta, indireta e nas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- c) somente as empresas públicas federais integram a administração indireta da União;



d) a atividade da administração está sujeita a investigações de Comissões Parlamentares de Inquérito, as quais dispõem de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros que lhes confirmam os Regimentos das respectivas Casas.

19. Assinale a assertiva correta.

- a) são atos concernentes ao chamado “Poder de Polícia Administrativa”: autorizações, licenças, tombamento de bens em razão de interesse histórico ou artístico, constituição de servidões administrativas e punições de funcionários;
- b) sociedades de economia mista e empresas públicas, por serem pessoas jurídicas de direito privado, não estão sujeitas ao dever de licitar, conquanto seja aconselhável que efetuem licitações, pois, se for apurado que a outorga do bem, obra ou serviço, efetuou-se com favoritismo ou a preços indevidos, o contrato resultante sujeita-se a ser anulado;
- c) a supressão do ato administrativo com efeitos *ex nunc* por conveniência e oportunidade do interesse público denomina-se revogação;
- d) o concessionário de serviço público tem, nos termos constitucionais, responsabilidade subjetiva.

20. Assinale a assertiva correta.

- a) tanto são terrenos de marinha os fronteiros ao mar, na faixa de 33 metros de largura contados desde o ponto a que chega a preamar média da Lei de 15.11.1831, quanto os marginais de rios - e em faixa da mesma largura - que sofram a influência das marés, até o ponto em que a sofram;
- b) os bens públicos não podem ser alienados a não ser por concorrência;
- c) todos os bens públicos, se por lei forem desafetados, poderão ser alienados;
- d) os imóveis públicos são em regra geral imprescritíveis, porém podem ser usucapidos sempre que não ultrapassem duzentos e cinquenta metros quadrados e sejam possuídos por cinco anos sem oposição, por quem não seja proprietário rural ou urbano.

21. Assinale a assertiva correta.

- a) o ato viciado de desvio de poder é passível de ser revogado pelo Poder Judiciário;
- b) a revogação dos atos administrativos poderá sempre ocorrer sem qualquer indenização, porque somente se revogam atos que não sejam vinculados;
- c) a revogação pode ocorrer sem indenização porque, se os atos forem praticados dentro da competência discricionária do administrador, não criam direitos;
- d) a revogação pode ocorrer, em algumas circunstâncias, sem indenização.

22. Assinale a assertiva correta.

- a) a doutrina costumeiramente afirma que o Poder de Polícia é discricionário, entretanto inúmeros atos da chamada Polícia Administrativa são atos vinculados;
- b) terras devolutas, terrenos reservados e terrenos marginais são expressões sinônimas;



- c) não há responsabilidade do Estado por danos causados por multidão, visto que o Estado responde por danos causados por seus agentes e não por atos de terceiros;
- d) desde que o servidor público haja sido nomeado por concurso para o cargo que ocupa, se seu cargo vier a ser extinto ter-se-á configurado o suficiente para que faça jus à disponibilidade remunerada.

23. Assinale a assertiva correta.

- a) os casos de desvio de poder não se cingem a hipóteses em que o agente público atua por favoritismo ou perseguição, pois é possível a ocorrência deste vício mesmo quando o agente esteja movido pela convicção de realizar um interesse público;
- b) incorre vício de desvio de poder quando a autoridade remover servidor público movido por sentimento de animosidade política;
- c) nos atos discricionários o administrador público não está sujeito a limites legais, ficando adstrito apenas às exigências do bem comum;
- d) os atos discricionários não admitem qualquer controle pelo Judiciário.

24. Assinale a assertiva correta.

- a) em licitação na qual alguns dos concorrentes forem inabilitados e outros desclassificados, restando apenas uma proposta em condições de ser apreciada, a Administração pode adjudicar o objeto ao proponente dela, caso considere satisfatória a oferta;
- b) a Administração ocorrendo motivo superveniente não mais poderá afastar licitante já habilitado;
- c) a Administração poderá anular contratos administrativos viciados sem qualquer indenização;
- d) a Administração não poderá escolher a modalidade de concorrência se couber o convite.

25. O devido processo legal consubstancia-se no processo administrativo:

- a) no direito que se nomeie, nos processos administrativos, sempre advogado para o administrado;
- b) no direito de não haver excoercedade dos atos administrativos sem que preliminarmente seja dado direito de defesa;
- c) no direito que aos acusados e litigantes seja assegurada ampla defesa com os recursos a ela inerentes bem como o contraditório;
- d) no direito de o administrado produzir todas as provas que entender convenientes.

26. Os impostos extraordinários:

- a) são de competência da União e só podem ser instituídos em caso de guerra externa ou sua iminência;



- b) são de competência da União e não podem ter fato gerador próprio de tributos de competência das demais pessoas políticas de direito público interno;
- c) podem ser exigidos nos casos de calamidade pública, guerra externa ou sua iminência;
- d) devem ser instituídos por meio de lei complementar.

27. As contribuições previstas pelo artigo 195 da Constituição da República:

- a) têm seu produto de arrecadação vinculado ao custeio de uma atividade por parte do Estado de intervenção no domínio econômico;
- b) só podem ser exigidas após o prazo de noventa dias contados da data da publicação da lei que as tiver instituído ou modificado;
- c) são de competência da União e devem ser veiculadas por meio de lei complementar;
- d) estão sujeitas ao princípio da anterioridade, nos termos do art.150, III, "b" da Constituição.

28. As taxas:

- a) são tributos vinculados a uma atividade do contribuinte diretamente relacionada ao Estado, consistente na prestação de um serviço público;
- b) são tributos exigidos em razão do poder de polícia do Estado ou pela prestação de serviços públicos realizados ou postos à disposição do contribuinte;
- c) não precisam respeitar o princípio da anterioridade;
- d) não podem ter como base de cálculo o valor do serviço público realizado.

29. Quais dos seguintes tributos não estão sujeitos ao princípio da anterioridade?

- a) IOF, IPI, impostos extraordinários e empréstimos compulsórios;
- b) imposto de importação, imposto de exportação, IOF e empréstimos compulsórios;
- c) contribuições sociais, contribuições de intervenção no domínio econômico, IOF e IPI;
- d) imposto de importação, imposto de exportação, IOF, IPI e impostos extraordinários.

30. O princípio da não-cumulatividade:

- a) autoriza a compensação do imposto incidente sobre as operações anteriores com o débito do imposto incidente sobre a operação subsequente;
- b) veda a instituição de dois ou mais impostos, de competências impositivas distintas, sobre um mesmo fato gerador;
- c) veda a incidência de dois ou mais impostos, independentemente da competência impositiva, sobre o mesmo fato gerador;
- d) veda a dupla incidência de um mesmo imposto sobre um mesmo fato gerador.

31. O lançamento:

- a) é título executivo extrajudicial;
- b) é ato administrativo constitutivo pois dá nascimento ao crédito tributário;



- c) é o ato, por meio do qual formaliza-se o crédito tributário nascido em virtude da ocorrência do fato imponible (ou fato gerador);
- d) depende sempre da atuação do contribuinte.

32. A isenção:

- a) impede a ocorrência do fato imponible;
- b) deve ser instituída por lei complementar;
- c) é hipótese de não incidência constitucionalmente qualificada;
- d) só pode ser concedida em relação aos impostos, e sempre pela pessoa política de direito público interno titular da respectiva competência impositiva.

33. A lei regeadora do IPI, no que diz respeito às alíquotas:

- a) deverá necessariamente fixar as alíquotas máxima e mínima e as condições de variação;
- b) poderá estabelecer exceção ao princípio da seletividade;
- c) deverá fixar as condições gerais e deixar ao regulamento as condições de variação;
- d) deverá obedecer o princípio da não-cumulatividade;

34. Competência e capacidade tributária ativa:

- a) não se distinguem;
- b) distinguem-se, porque a competência tributária é intransferível enquanto a capacidade tributária não;
- c) distinguem-se, porque a competência tributária deriva diretamente da lei, enquanto que a capacidade tributária depende de delegação;
- d) não se distinguem porque somente o competente para legislar tem capacidade tributária ativa.

35. Assinale a assertiva correta.

- a) os impostos sobre importação, exportação e produtos industrializados não precisam obedecer ao princípio da legalidade e o Executivo pode dispor sobre sua cobrança;
- b) o rol de impostos mencionados em "a" não é exaustivo, uma vez que também não precisam submeter-se ao princípio da legalidade os impostos sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;
- c) o instrumento competente para a fixação das alíquotas e bases de cálculo dos impostos mencionados em "a" e "b" é o decreto regulamentar;
- d) no sistema constitucional vigente todos os tributos submetem-se ao princípio da legalidade.

36. Assinale a assertiva correta.



- a) a pessoa política que houver concedido isenção poderá vir a revogá-la, total ou parcialmente, em qualquer tempo, desde que o faça por meio de lei, não tendo o beneficiário, em qualquer hipótese, o direito de ver respeitado o princípio da anterioridade;
- b) toda e qualquer lei que venha a extinguir isenção tributária deve, necessariamente, obediência ao princípio da anterioridade;
- c) as contribuições sociais que venham a financiar a seguridade social só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado;
- d) não podem ser exigidas ou aumentadas no mesmo exercício, em decorrência do princípio da anterioridade.

37. Quando o fato imponible (ou fato gerador) da obrigação tributária é um negócio jurídico sob condição suspensiva, considera-se nascida a obrigação:

- a) desde o momento em que se verificar a condição;
- b) desde o momento da celebração do negócio, salvo disposição de lei em contrário;
- c) desde o momento em que o Fisco tiver conhecimento da celebração do negócio;
- d) desde o momento da celebração do negócio, salvo disposição expressa avençada entre as partes negociantes.

38. O domicílio tributário do contribuinte ou responsável é fixado:

- a) pela residência habitual ou, sendo esta incerta ou desconhecida, pelo centro habitual de sua atividade;
- b) pelo lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação;
- c) pelo lugar onde estabelecer residência com ânimo definitivo e, se tiver diversas residências onde alternadamente viva, ou vários centros de ocupações habituais, qualquer destes ou daquelas;
- d) pela eleição do próprio sujeito passivo, contribuinte ou responsável, que decide espontaneamente sobre o local de sua preferência, desde que a autoridade administrativa não o recuse por dificultar a arrecadação ou fiscalização do tributo.

39. O cancelamento, por lei, de débitos fiscais até determinado valor, relativos às obrigações decorrentes de penalidades pecuniárias por infrações, consubstancia:

- a) anistia fiscal;
- b) remissão fiscal;
- c) moratória;
- d) transação por parte do Fisco.

40. Assinale a alternativa correta.

Decreto Federal, que reduz o prazo de recolhimento do imposto sobre a renda é:



- a) constitucional, porque a matéria não está abrangida pelo princípio da legalidade dependendo de ato administrativo do Poder Executivo;
- b) inconstitucional, porque o prazo integra as exigências do princípio da legalidade;
- c) constitucional, se a lei expressamente prever a possibilidade;
- d) constitucional, se observar o princípio da anterioridade.

41. O Presidente da República, em caso de relevância e urgência, adota Medida Provisória que define crimes contra a economia popular e estabelece as respectivas penas. Na sua vigência, o juiz criminal provocado a aplicá-la deverá levar em consideração que:

- a) o Presidente da República podia editar tal medida, com força de lei, desde que a tenha submetido de imediato ao Congresso Nacional;
- b) o Presidente da República não podia editar tal medida, porque a competência exclusiva para legislar sobre direito penal pertence à União;
- c) o ato presidencial é eficaz, porque, tendo sido editado com força de lei (artigo 62 da Constituição Federal), atende ao princípio da reserva legal (artigo 1º do Código Penal);
- d) enquanto não convertida em lei pelo Congresso Nacional, a Medida Provisória contendo dispositivos de natureza penal deve ter eficácia e aplicação imediata aos crimes que estão sendo cometidos contra os direitos dos consumidores, a partir da sua publicação.

42. Na co-delinquência, todas as pessoas que tomam parte no delito devem ser punidas, na medida de sua culpabilidade (artigo 29 do Código Penal). Pode haver diminuição da pena se a participação for de menor importância (§ 1º) ou aplicação de pena diversa se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave (§ 2º). Indique, nos conceitos abaixo, o que corresponde com precisão aos dispositivos citados:

- a) no concurso de pessoas, com a reforma da Parte Geral do Código Penal em 1984, foi abolida a figura da co-autoria, permanecendo apenas a da participação;
- b) entre os diversos sujeitos ativos do crime, existe responsabilidade subjetiva dos co-autores e responsabilidade objetiva dos partícipes;
- c) só há um crime para todos os co-autores e partícipes, mas a culpabilidade dos agentes é individual e, na aplicação da pena, é levada em conta a reprovabilidade da conduta de cada um;
- d) o concurso de pessoas ocorre essencialmente nos crimes plurissubjetivos, que, pela sua própria definição legal, necessitam da participação de dois ou mais agentes para a sua prática, ao passo que a co-autoria fica reservada para os casos em que não se exige mais de um sujeito para cometê-los e que são os chamados crimes monossubjetivos.

43. O juiz, na individualização da pena, deverá levar em conta, além de outras circunstâncias, “os antecedentes” do agente (artigo 59 do Código Penal). Considerando-se que o réu, em determinado caso, registra a existência contra si de três inquéritos



policiais em andamento, por fatos anteriores, e uma condenação transitada em julgado dois anos antes do crime pelo qual está sendo processado, na sentença condenatória observar-se-á que:

- a) a pena-base deverá ser fixada no mínimo legal, seguida de dois acréscimos: um, pelos antecedentes policiais, e outro, pelo antecedente judicial;
- b) a pena-base deverá ser fixada acima do mínimo legal, por causa dos antecedentes policiais, seguida de um acréscimo, pela circunstância agravante da reincidência;
- c) a pena-base não poderá ser exacerbada pela existência de inquéritos policiais em andamento, face ao princípio da presunção de inocência do acusado, devendo haver, porém, em seguida, um acréscimo em virtude da circunstância agravante da reincidência;
- d) a pena-base deverá simplesmente ser fixada acima do mínimo legal, a critério do juiz, sem que seja seguida de acréscimos pelos antecedentes policiais e pela reincidência.

44. Nos crimes de calúnia, difamação e injúria, se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções:

- a) admite-se, em qualquer caso, a exceção da verdade;
- b) admite-se a exceção da verdade apenas no crime de calúnia;
- c) admite-se a exceção da verdade nos crimes de calúnia e difamação;
- d) admite-se a exceção da verdade no crime de injúria real, se o funcionário público, de forma reprovável, provocou diretamente a ofensa.

45. Nos crimes contra o patrimônio, admitem a forma privilegiada:

- a) furto, dano, estelionato e receptação culposa;
- b) furto, roubo, dano, apropriação indébita e estelionato;
- c) furto, dano e estelionato;
- d) furto, apropriação indébita, estelionato, fraude no comércio e receptação dolosa.

46. No crime de estelionato, praticado contra a Previdência Social (artigo 155, IV, "a", da Lei nº 3.807/60):

- a) é aplicável o aumento da pena de um terço, previsto no § 3º do artigo 171 do Código Penal;
- b) não é aplicável o aumento, porque, no caso da lesada, não se trata de "instituto de economia popular, assistência social ou beneficência", mas de seguridade social;
- c) é aplicável o aumento, se o estelionato tiver como terceiro prejudicado aposentado, menor ou incapaz;
- d) não é aplicável o aumento, porque a letra "a", do inciso IV, do artigo 155 da lei especial, a toda evidência, criou uma tipificação penal nova, diversa do estelionato comum.

47. Na definição dos crimes contra a ordem tributária, deve-se levar em conta que:



- a) a Lei n° 8.137, de 27.12.90, revogou integralmente os preceitos da Lei n° 4.729, de 14.7.65;
- b) a disposição contida no art. 11 da Lei n° 8.137/90 (“quem, de qualquer modo, inclusive por meio de pessoa jurídica, concorre para os crimes definidos nesta lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade”) contém claramente, na primeira parte, uma regra de responsabilidade objetiva;
- c) a nova lei, nos artigos 1° e 2°, define condutas relativas a crimes fiscais dolosos e outras atinentes à modalidade culposa;
- d) a tentativa é inadmissível em qualquer das condutas tipificadas na Lei n° 8.137/90.

48. Para os efeitos penais, considera-se funcionário público:

- a) o perito judicial;
- b) o síndico da falência;
- c) o defensor dativo;
- d) o leiloeiro oficial.

49. Agentes policiais exigem de pessoa suspeita vantagem indevida, consistente na emissão de dois cheques. Antes do seu pagamento, porém, os cheques são sustados no Banco sacado, por ordem do emitente. Nesse caso, aqueles funcionários públicos:

- a) cometeram o crime consumado de concussão;
- b) cometeram o crime de concussão, na forma tentada, pois o recebimento da vantagem ilícita exigida não se consumou;
- c) cometeram o crime de corrupção passiva, porque lhes foi feita a entrega dos cheques;
- d) não cometeram crime algum, mas mera irregularidade administrativa, tendo em vista que os cheques exigidos foram entregues, mas não foram pagos.

50. A punibilidade do crime de falso testemunho ou falsa perícia subordina-se à condição de que, antes da sentença, o agente não se retrate ou não declare a verdade. Isso traz conseqüências jurídicas relevantes quanto ao momento em que a ação penal pode ser instaurada e a sentença proferida. Assinale a resposta que dirime a questão corretamente:

- a) a ação penal não pode sequer ser instaurada, antes que transite em julgado a sentença proferida no processo em que ocorreu o falso testemunho ou a falsa perícia;
- b) o § 3° do art. 342 do Código Penal, que admite a retratação, criou uma condição resolutiva de punibilidade, que exige o sobrestamento da ação penal, logo que for instaurada, até que o agente do crime se manifeste no processo em que o cometeu;
- c) o crime de falso testemunho ou falsa perícia consuma-se com o encerramento do depoimento ou com a entrega do laudo pericial, não devendo o juiz criminal preocupar-se, para sentenciar o feito, com a possibilidade de retratação do agente no processo em que o delito se consumou;



d) não há impedimento para que a ação penal seja instaurada, por ser incondicionada, mas ela só poderá ser julgada depois de proferida a sentença no outro processo, não se exigindo, porém, o trânsito em julgado da mesma.

51. O prazo para a conclusão do inquérito policial, a ser conhecido pela Justiça Federal, estando o indiciado preso, é de:

- a) dez dias úteis;
- b) quinze dias, sem prorrogação;
- c) quinze dias, prorrogáveis por mais quinze;
- d) trinta dias corridos.

52. Assinale, dentre as opções abaixo, aquela que contém a assertiva correta, em relação à admissão da prisão cautelar, no sistema processual penal brasileiro:

- a) são admitidas a prisão temporária, a prisão em flagrante, a prisão preventiva, a prisão decorrente da decisão de pronúncia e a prisão em virtude de sentença condenatória recorrível;
- b) só podem ser consideradas de natureza cautelar as prisões decorrentes da decisão de pronúncia ou em virtude de sentença condenatória recorrível, quando o réu não seja primário ou não possua bons antecedentes;
- c) são classificadas como custódias cautelares apenas a prisão temporária, a prisão em flagrante e a prisão preventiva, porque só podem ser decretadas, em situações excepcionais, durante o inquérito policial ou no curso da instrução criminal;
- d) não mais se admite a prisão cautelar de natureza penal no Brasil, com exceção da prisão em flagrante, por ser inconciliável com o princípio da presunção do estado de inocência do acusado, introduzido no texto constitucional de 1988 (artigo 5º, inciso LVII), tendo-se hoje, como regra geral, no nosso sistema processual penal, a concessão sistemática da liberdade provisória, com ou sem o pagamento de fiança, até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

53. Com base na recente Lei nº 9.249, de 26.12.95 (artigo 34), o indiciado em inquérito policial pela prática do crime de descaminho, antes do oferecimento da denúncia, deposita o valor dos tributos e multas, acrescido de correção monetária e juros de mora, relativos às mercadorias trazidas irregularmente do exterior, visando a obter a decretação da extinção da sua punibilidade. Esse procedimento terá como resultado:

- a) a extinção da punibilidade do indiciado é decretada, visto que o artigo 34 da Lei nº 9.249/95 realmente dispõe que se extingue a punibilidade dos crimes definidos na Lei nº 8.137/90 e na Lei nº 4.729/65, quando o agente promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia;
- b) o depósito não produz efeito algum, porquanto não se trata, na espécie, de um dos crimes definidos nas leis especiais a que faz remissão o artigo 34 da Lei nº 9.249/95, devendo o inquérito policial ser normalmente concluído;



- c) o juiz, considerando que se trata de situações semelhantes, relacionadas com a evasão de tributos, aplica ao caso o princípio da analogia *in bonam partem* e decreta a extinção da punibilidade do indiciado, convertendo o valor do depósito em renda da União e mandando arquivar o inquérito policial;
- d) é determinado o trancamento do inquérito policial, com a expedição de ofício à Receita Federal, para que levante o valor do depósito e libere em favor do proprietário as mercadorias estrangeiras cujos tributos e acessórios se acham pagos.

54. No curso de uma ação penal, a defesa exhibe certidão de óbito do réu e o juiz, ouvido o Ministério Público, declara extinta a punibilidade do mesmo. Verifica-se, depois, que o documento era falso. Inexistindo disposição legal a respeito e segundo o entendimento prevalecente da doutrina, acolhido pela jurisprudência majoritária, as providências a serem tomadas pelo juízo do processo deverão ser:

- a) voltar, simplesmente, a dar andamento à ação penal, pois estando vivo o acusado, a decisão de extinção de sua punibilidade, ainda que transitada em julgado, é nula de pleno direito, não produzindo qualquer efeito de natureza processual;
- b) declarar de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, a nulidade da decisão da extinção da punibilidade do acusado, mesmo após o seu trânsito em julgado, e retomar o curso normal da ação penal, processando também os responsáveis pela falsidade;
- c) se a decisão de extinção da punibilidade do acusado transitou em julgado e não sendo cabível a revisão criminal *pro societate*, só resta ao juízo mandar processar por falsidade os responsáveis pela elaboração e pelo uso da certidão de óbito;
- d) nenhuma providência poderá ser tomada contra o réu, se a decisão que declarou extinta a sua punibilidade já havia transitado em julgado.

55. Nos crimes considerados hediondos, o réu não pode:

- a) responder solto à ação penal;
- b) obter liberdade provisória, com ou sem fiança;
- c) apelar em liberdade;
- d) receber livramento condicional.

56. O direito de resposta ou retificação (artigo 29 da Lei nº 5.250/67), quando não atendido nos prazos legais, permite ao ofendido reclamar judicialmente a sua publicação ou transmissão (artigo 32). O requerimento deve ser dirigido:

- a) ao juízo cível;
- b) ao juízo criminal;
- c) primeiro, ao juízo cível e, se não atendida sua determinação, ao juízo criminal, através de queixa, por calúnia, difamação ou injúria;
- d) a nenhum deles, porque, no caso de recusa ao atendimento do pedido, a única sanção cabível é a aplicação da multa prevista no § 5º do artigo 32 da mesma lei, a ser cobrada em ação própria.



57. Durante a instrução da ação penal, o juiz verifica que o advogado constituído pelo réu, embora compareça aos atos do processo, vem agindo com visível deficiência na condução da sua defesa, o que faz supor como resultado a condenação do mesmo. Em tal caso, o juiz, usando dos poderes assistenciais que lhe reconhecem os tratadistas, deve:

- a) advertir o advogado, por despacho, para que se aplique melhor na defesa do constituinte, sob pena de sua destituição pelo juízo;
- b) considerar, desde logo, o acusado indefeso no processo e, aplicando o princípio constitucional da obrigatoriedade do contraditório, nomear-lhe defensor dativo;
- c) ponderar que, em se tratando de deficiência e não de falta de defesa e tendo o acusado defensor constituído por ele nos autos, escapa ao juízo o controle sobre a qualidade da defesa técnica;
- d) anular os atos deficientes praticados pelo advogado e mandar intimar pessoalmente o réu, para que constitua, no prazo de quinze dias, novo defensor.

58. Julgando procedente a revisão criminal, o Tribunal poderá:

- a) agravar a pena imposta, se surgiu na revisão prova de conduta mais grave do condenado, não apreciada pela decisão revista;
- b) deixar de conhecer do pedido, se o réu tiver falecido;
- c) absolver o réu, cuja inimizabilidade penal resultar reconhecida na revisão, dispensando-o da aplicação da medida de segurança respectiva;
- d) alterar a classificação da infração, absolver o réu, modificar a pena ou anular o processo.

59. Se o condenado solvente, citado para pagar o valor da multa, deixa de fazê-lo e nomeia bem imóvel à penhora, incumbe ao juízo da execução penal:

- a) mandar lavrar o auto de penhora do imóvel indicado, em autos apartados, e remetê-los ao juízo cível, para prosseguimento da execução;
- b) rejeitar de plano a nomeação de bem à penhora, por não se tratar de ação de execução de título judicial e porque a multa penal só pode ser paga em dinheiro;
- c) decretar, desde logo, a conversão da multa em pena de detenção (art. 51 do Código Penal), tendo em vista que o condenado, embora citado, deixou de pagá-la;
- d) considerar prejudicada a indicação do bem à penhora, se o condenado, simultaneamente, não garantir o juízo com o depósito do valor da multa, em caução.

60. Tendo-se em conta que as ilegalidades ou abusos de poder, no processo penal, podem ser sanados por via de *habeas corpus*, indaga-se quanto à possibilidade jurídica do uso do mandado de segurança em matéria criminal. Indique, entre as alternativas abaixo, aquela que melhor traduz a orientação aceita pela doutrina e seguida pela jurisprudência nesse assunto:



- a) tratando-se de remédio jurídico-constitucional, que tem a natureza de ação civil, qualquer que seja o seu objeto, é absurdo falar-se na utilização do mandado de segurança em matéria de processo penal;
- b) sempre que se tem dúvida quanto ao cabimento do *habeas corpus*, é admitido o uso do mandado de segurança contra todos os atos abusivos ou manifestamente ilegais do juízo criminal, por possuir este um caráter de maior abrangência sobre aquele;
- c) apenas ao órgão do Ministério Público é permitido lançar mão do mandado de segurança, no processo penal, quando se trata de obter efeito suspensivo para o recurso em sentido estrito contra decisão que relaxa a prisão em flagrante;
- d) deve ser admitido, no processo penal, o uso do mandado de segurança pelas partes, para outras hipóteses, relacionadas com a apreensão e devolução de bens, a não obtenção de vista dos autos fora de cartório, a liberação de coisas seqüestradas e a admissão do ofendido ou seu representante legal como assistente da acusação.

61. Desconsidera-se a personalidade jurídica:

- a) porque a pessoa dos sócios se confunde com a da sociedade;
- b) como meio de combater a fraude do devedor contra o credor;
- c) sempre que a mesma pessoa seja sócio em mais de uma sociedade;
- d) exclusivamente quando a lei o determina de modo expresso.

62. Os direitos e interesses difusos:

- a) são sempre impessoais e indivisíveis;
- b) integram o patrimônio do Estado;
- c) classificam-se em coletivos e individuais homogêneos;
- d) têm por titular o Ministério Público.

63. A prescrição:

- a) em favor da União e suas autarquias independe sempre de alegação;
- b) pode ser alegada na audiência de instrução e julgamento;
- c) pode ser alegada até mesmo em recurso extraordinário ou especial;
- d) não atinge créditos da União.

64. O usucapião:

- a) só pode atingir imóveis da União quando concedido por razões sociais;
- b) pode atingir imóveis de autarquias;
- c) não atinge os bens de uso comum, mas pode atingir os bens dominiais;
- d) jamais atinge qualquer bem público.

65. O devedor considera-se em mora:

- a) em todos os casos, somente a partir de quando interpelado e não adimple;
- b) somente quando, interpelado, não paga nem dá as razões por que não o faz;



- c) desde o vencimento, nas obrigações positivas e líquidas;
- d) a partir de quando ajuizada a petição inicial de ação de cobrança.

66. O contrato de compra-e-venda:

- a) opera a transmissão da propriedade de bens móveis;
- b) é modo originário de transmissão da propriedade;
- c) não é suficiente para operar a transmissão de bens imóveis;
- d) depende sempre de escritura pública.

67. O fiador:

- a) é sempre devedor solidário ao afiançado;
- b) é mero responsável;
- c) nunca é devedor solidário ao afiançado;
- d) subroga-se no direito do credor, quando paga.

68. A responsabilidade civil do Estado:

- a) independe da culpa do funcionário;
- b) independe da culpa e da relação de causalidade com o dano;
- c) está sempre ligada à culpa aquiliana;
- d) depende sempre de uma conduta criminosa do funcionário.

69. Quando o autor da herança deixa netos cujos pais já morreram:

- a) os netos herdam sempre por estirpe;
- b) eles herdam sempre por cabeça;
- c) herdam por estirpe, se houver algum filho vivo do autor da herança;
- d) herdam por cabeça, em concurso com os filhos do filho sobrevivente.

70. O consumidor tem direito à substituição do bem ou restituição do preço:

- a) quando não sanado o vício no prazo de lei;
- b) invariavelmente, desde o momento em que adquiriu o bem defeituoso;
- c) somente se o fornecedor tiver assumido previamente a responsabilidade;
- d) somente quando o vício for tal, que importe perigo à vida ou à saúde.

71. É competente a Justiça:

- a) Federal, para as causas em que for parte o Banco do Brasil S.A.;
- b) Federal, para as falências em que a União se habilitar;
- c) comum, para as causas em que for parte a União;
- d) do Trabalho, para as ações acidentárias em que não for parte a União.

72. O juiz deve declarar-se incompetente, de-ofício:

- a) em todos os casos de incompetência absoluta;



- b) por incompetência territorial, nunca;
- c) em alguns casos de incompetência relativa;
- d) só quando lhe faltar competência de jurisdição.

73. Proposta uma demanda por quinhentas pessoas, o juiz deve:

- a) desdobrar o litisconsórcio em grupos numericamente razoáveis;
- b) mandar que se observe o limite legal de vinte litisconsortes;
- c) indeferir a petição inicial e remeter as partes ao juizado especial cível;
- d) em respeito ao direito de ação, permitir que o processo siga com todos.

74. Proposta uma reconvenção:

- a) sendo recebida, o processo continua sendo um só, com duas ações;
- b) se o juiz a indeferir liminarmente, cabe apelação sem efeito suspensivo;
- c) se o juiz a indeferir liminarmente, cabe apelação com efeito suspensivo;
- d) forma-se um segundo processo nos mesmos autos e cita-se o reconvido.

75. O efeito da revelia:

- a) aplica-se à Fazenda Pública mesmo sem a advertência do art. 285 CPC;
- b) não sendo ré a Fazenda Pública, impõe sempre a procedência da demanda;
- c) é uma presunção que cede ante a prova contrária eventualmente produzida;
- d) tem lugar no processo monitório, do mesmo modo que no comum.

76. Pedida a antecipação da tutela jurisdicional:

- a) se a conceder, com isso o juiz julga antecipadamente o mérito;
- b) o juiz não a concederá contra os interesses da Fazenda Pública;
- c) o juiz não pode concedê-la se criar situação irreversível;
- d) o ato que a conceder ou negar não comporta recurso algum.

77. Diante de um processo mal instruído pelas partes:

- a) o juiz deve sempre determinar de-ofício a produção de provas;
- b) o juiz deve julgar a causa como está;
- c) o juiz deve julgar a demanda, sem prejuízo de ulterior repositura;
- d) o juiz deve, em certos casos, determinar de-ofício a produção de provas.

78. Ao julgar procedente a ação pauliana, o juiz:

- a) autoriza a penhora do bem alienado ou onerado fraudulentamente;
- b) manda cancelar o registro da alienação, no Registro de Imóveis;
- c) reconhece a fraude de execução;
- d) profere sentença sujeita à apelação sem efeito suspensivo.

79. A ação de consignação em pagamento:



- a) só pode ser proposta depois de frustrada a consignação extrajudicial;
- b) não pode ser proposta se frustrada a consignação extrajudicial;
- c) jamais propicia ao credor a satisfação do crédito, sequer parcial;
- d) pode em alguns casos propiciar a satisfação do credor.

80. Passada em julgado a sentença denegatória de mandado de segurança:

- a) em hipótese alguma a segurança pode ser impetrada outra vez;
- b) não há a coisa julgada formal, se negado por falta de liquidez-e-certeza;
- c) nova impetração é admissível, se negado por falta de liquidez-e-certeza;
- d) não se forma a coisa julgada material, em hipótese alguma.

81. São brasileiros natos os filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, nascidos no estrangeiro, desde que:

- a) venham residir em território brasileiro, antes de completar 18 anos e optem pela nacionalidade brasileira até os 21 anos;
- b) venham residir em território brasileiro e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira;
- c) venham residir em território brasileiro a qualquer tempo, desde que tenham optado pela nacionalidade brasileira até os 21 anos;
- d) sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham residir em território brasileiro antes da maioridade e, alcançada esta, optem em qualquer tempo pela nacionalidade brasileira.

82. O estrangeiro, residente no Brasil, não poderá:

- a) exercer cargo de direção em empresa comercial transnacional;
- b) possuir propriedade rural de área inferior a 300 hectares;
- c) assumir cargo ou função em autarquia federal;
- d) exercer cargo de direção em instituição financeira privada.

83. O estrangeiro, casado no exterior, e que vier a se naturalizar brasileiro:

- a) não poderá alterar o seu regime matrimonial de bens, devendo prevalecer a *lex domicilii*;
- b) poderá, a qualquer tempo, e independente do consentimento do cônjuge, adotar o regime da comunhão parcial de bens;
- c) poderá, no ato da naturalização, e com o consentimento do cônjuge, adotar o regime da comunhão parcial de bens, desde que respeitados os direitos de terceiros;
- d) poderá, com o consentimento do cônjuge, e respeitados eventuais direitos de terceiros, adotar o regime da comunhão plena de bens.



84. Para garantir a eficácia das normas de proteção aos direitos humanos pactuados em Tratado Internacional, no âmbito dos países membros da Organização dos Estados Americanos - OEA, é competente:

- a) a Corte Interamericana de Direitos Humanos, sediada em São José da Costa Rica;
- b) a Corte Européia dos Direitos do Homem, com sede em Estrasburgo;
- c) a Corte Internacional de Justiça, com sede em Haia;
- d) a Suprema Corte Americana, com sede em Washington.

85. Os acórdãos proferidos pela Corte Internacional de Justiça:

- a) são recorríveis para a Corte Permanente de Arbitragem com sede em Haia;
- b) estão sujeitos a recurso para o Conselho de Segurança da ONU;
- c) são definitivos e obrigatórios, deles cabendo apenas “pedido de reconsideração” dirigido àquela própria Corte;
- d) podem ser revistos em grau recursal pela Assembléia Geral da ONU.

86. Assinale a assertiva correta.

- a) a assistência social, no Brasil, é garantida pela Constituição Federal a todos os segurados da Previdência Social, mediante contribuição;
- b) é garantia constitucional a concessão de benefício mensal no valor de um salário-mínimo às pessoas deficientes ou idosas, que não possam prover o próprio sustento ou tê-lo provido por sua família;
- c) nos termos da Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, é considerada incapaz de prover o sustento dos portadores de deficiência e idosos, a família cuja renda mensal *per capita* seja equivalente a um salário-mínimo;
- d) o benefício de renda mensal garantido aos idosos e deficientes, uma vez concedido, tem natureza vitalícia e não poderá ser revisto ou cancelado em nenhuma hipótese.

87. No âmbito da Previdência Social, o direito de pleitear judicialmente a concessão ou revisão de benefícios previdenciários pelos segurados e dependentes prescreve:

- a) em trinta anos;
- b) em cinco anos, apenas as prestações não pagas e não reclamadas na época própria, sendo imprescritível o fundo de direito;
- c) em cinco anos;
- d) em vinte anos, prescrevendo em cinco anos as prestações não pagas e não reclamadas à época devida.

88. O sistema previdenciário brasileiro divide os segurados em duas grandes categorias: os segurados obrigatórios e os segurados facultativos, incluindo-se entre os últimos, dentre outros:

- a) a dona-de-casa, o estudante maior de 14 anos e o trabalhador rural;
- b) a dona-de-casa, o estudante maior de 14 anos e o síndico de condomínio;



- c) a dona-de-casa, o estudante e o empregado doméstico;
- d) a dona-de-casa, o trabalhador autônomo e o empregado doméstico.

89. O cálculo do salário-de-benefício da aposentadoria por tempo de serviço de segurado do sexo masculino, com 35 anos de trabalho, e remuneração inferior a dez salários-mínimos, consiste:

- a) na média aritmética simples dos últimos trinta e seis meses de contribuição, todos corrigidos monetariamente;
- b) na média aritmética simples dos 36 últimos salários-de-contribuição, corrigindo-se monetariamente os 24 anteriores aos 12 últimos;
- c) na média ponderada dos 36 últimos salários-de-contribuição, todos corrigidos monetariamente;
- d) na média aritmética simples dos últimos 24 salários-de-contribuição, todos corrigidos monetariamente.

90. É competente para julgar apelação interposta em ação de revisão de benefício previdenciário, decorrente de acidente do trabalho, processada e julgada pelo juízo de direito da Comarca de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo:

- a) o Segundo Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo;
- b) o Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região;
- c) o Tribunal Regional Federal da Terceira Região;
- d) o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

91. Assinale a assertiva correta.

- a) são princípios que norteiam a organização da Seguridade Social, no Brasil, entre outros, a seletividade e a centralização administrativa;
- b) nos termos da Constituição Federal, a Seguridade Social será financiada, exclusivamente, pelos empregados e empregadores;
- c) a Seguridade Social, no Brasil, destina-se a garantir a todos os direitos relativos à saúde, à previdência social e à assistência social;
- d) independe de fontes de custeio a criação ou majoração de benefícios, no âmbito da Seguridade Social.

92. No nosso sistema previdenciário, independem de carência a concessão, dentre outros, dos seguintes benefícios:

- a) pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família, salário-maternidade e aposentadoria por idade;
- b) pensão por morte, auxílio-reclusão, auxílio-acidente e aposentadoria por idade de trabalhador rural;
- c) pensão por morte, auxílio-reclusão, auxílio-acidente, salário-maternidade e pecúlios;



d) pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-maternidade e aposentadoria por idade de trabalhador rural e urbano.

93. É correto afirmar que:

- a) a renda mensal dos benefícios de prestação continuada que substitua o salário-de-contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado não pode ser de valor inferior ao do salário-mínimo;
- b) o valor da renda mensal de benefício de prestação continuada, que substitua o salário-de-contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado, pode ser inferior ao do salário-mínimo, quando se tratar de trabalhador rural;
- c) no âmbito da Previdência Social, não existe previsão de limites, máximo ou mínimo para o valor dos benefícios de prestação continuada, devendo estes serem sempre correspondentes ao salário efetivamente percebido pelo trabalhador;
- d) o valor de qualquer benefício de prestação continuada, inclusive o do salário-família, não pode ser inferior ao do salário-mínimo.

94. Sobre o benefício de auxílio-acidente, pode-se afirmar que:

- a) para ser concedido, depende do período de carência de 12 meses;
- b) é pago integralmente pelo empregador do acidentado;
- c) é devido, sem exceção, a todas as categorias de trabalhadores, inclusive ao empregado doméstico;
- d) não exige, para ser concedido, nenhum período de carência.

95. A pensão por morte de segurado viúvo e sem filhos, poderá ser concedida:

- a) ao irmão do segurado falecido, de 55 anos de idade e aposentado;
- b) à irmã do segurado falecido, de 60 anos de idade, que comprove, nos termos da lei, sua dependência econômica do *de cujos*;
- c) ao sobrinho do segurado falecido, de 18 anos de idade, estudante, sendo dispensado de comprovação de dependência econômica;
- d) ao irmão do segurado falecido, inválido, de 50 anos, independente de comprovação de dependência econômica.

96. A franquia tem como sua principal característica:

- a) uma relação de subordinação do franqueado para com o franqueador;
- b) ser a empresa franqueada uma sucursal da empresa franqueadora;
- c) a dependência jurídico-financeira do franqueado para com o franqueador;
- d) independência entre franqueado e franqueador sem qualquer vínculo empregatício entre ambos, respondendo cada um, autonomamente, pelos atos que pratica.

97. Uma das cláusulas obrigatórias do contrato de faturização é:

- a) a obrigação do faturizado responder pela evicção;



- b) o direito de regresso do faturizador contra o faturizado, em hipótese de inadimplência do devedor;
- c) a assunção dos riscos pelo faturizador dos créditos faturizados;
- d) a vedação do faturizador rejeitar qualquer das contas apresentadas pelo faturizado.

98. Incluem-se na competência privativa da assembléia geral ordinária obrigatória das sociedades anônimas:

- a) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, na sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- b) autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata;
- c) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, decidir sobre a distribuição de dividendos e tomar as contas dos administradores;
- d) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social.

99. Deve ser obrigatoriamente constituída sob a forma de sociedade anônima:

- a) a sociedade de economia mista;
- b) a empresa pública;
- c) a autarquia;
- d) a empresa permissionária de serviço público.

100. Ficam excluídos da indisponibilidade os bens dos administradores de instituições financeiras em liquidação extrajudicial:

- a) os adquiridos antes do início de sua gestão na instituição financeira;
- b) os havidos por herança ou doação;
- c) os que tenham sido objeto de contratos de promessa de compra e venda, de cessão ou promessa de cessão de direitos, cujos instrumentos tenham sido registrados em data anterior à liquidação;
- d) todos os seus bens móveis.



Gabarito da Primeira Prova Escrita do VI Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

1	C	21	D	41	B	61	B	81	B
2	B	22	A	42	C	62	A	82	C
3	C	23	A	43	C	63	B	83	C
4	B	24	A	44	C	64	D	84	A
5	C	25	C	45	D	65	C	85	C
6	A	26	A	46	A	66	C	86	B
7	D	27	B	47	D	67	D	87	B
8	B	28	B	48	A	68	A	88	B
9	B	29	D	49	A	69	*	89	A
10	B	30	A	50	D	70	A	90	C
11	A	31	C	51	C	71	C	91	C
12	D	32	A	52	A	72	A	92	C
13	B	33	A	53	B	73	A	93	A
14	D	34	B	54	C	74	A	94	D
15	D	35	D	55	B	75	C	95	B
16	B	36	C	56	B	76	C	96	D
17	D	37	A	57	C	77	D	97	C
18	D	38	D	58	D	78	A	98	C
19	C	39	A	59	A	79	D	99	A
20	A	40	B	60	D	80	C	100	C

(*) Questão anulada por decisão da Comissão de Concurso.